

# PRA DILMA SANCIONAR, A GREVE TEM QUE AUMENTAR

## #SancionaDilma



# Ato na Paulista

Dia 7 - Concentração Fórum Pedro Lessa, 14h

# #SancionaDilma:

## servidores mantêm greve por tempo indeterminado

Para exigir a sanção ao PLC 28, trabalhadores realizarão grande manifestação na terça-feira, dia 7, na Avenida Paulista

“A greve continua, Dilma a culpa é sua”. Este foi o grito que tomou conta do átrio do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, nesta quinta-feira, dia 2. Por unanimidade, a assembleia dos servidores do Judiciário Federal de São Paulo decidiu manter a greve por tempo indeterminado para exigir que a presidente Dilma Rousseff (PT) sancione o PLC 28.

Com a força da mobilização e da greve que toma conta do Brasil, os servidores conseguiram arrancar a aprovação do PLC 28, que recompõe os salários da categoria, congelados há nove anos, por 62 votos, no Senado, na última terça-feira, dia 30.

Nem as manobras de Dilma durante todo o trâmite do projeto, nem as tentativas dos deputados da bancada do PT de adiar a discussão, nem o ofício de Ricardo Lewandowski, dizendo que as negociações com o governo estavam aceleradas, nem mesmo as tentativas de enrolação do presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB), impediram a discussão e aprovação do projeto. Agora, o projeto já está na mesa da presidente petista, que tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar.

“De uma vez só derrotamos Dilma, Renan e Lewandowski. A nossa greve forçou a votação, contrariando o Legislativo, Executivo e Judiciário. Lewandowski enrolou e não teve coragem de colocar

no ofício que ele encaminhou para o Senado as palavras ‘retirem da pauta’, porque a nossa greve está tão forte que até no STF existem servidores em greve, fazendo arrastões, participando das nossas mobilizações, inclusive do grande ato que fizemos em Brasília”, afirma a diretora do Sindicato Inês Leal.

Ainda segundo Inês, a mobilização precisa continuar e crescer ainda mais para garantir o fim do congelamento salarial. “Esta é apenas uma parte da vitória, vencemos uma batalha. Para garantir a vitória completa precisamos aumentar a nossa greve e mobilização. Temos que fazer uma grande campanha para que a Dilma sancione nosso projeto”, afirma.

A servidora do TRF-3, Ana Luiza Figueiredo também destacou a força da greve. “Agora os servidores que ainda estão somente na torcida precisam entrar em campo e ajudar a fortalecer nossa luta para que a gente consiga a vitória completa”.

### Comando Nacional de Greve

Na quarta-feira, dia 1º, o Comando Nacional de Greve se reuniu e aprovou o indicativo de continuidade da greve para os estados até que a Dilma sancione o PLC 28 ou negocie com os servidores.

Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Piauí, Amazonas, Alagoas, Mi-



02.07.15 - Assembleia geral no Fórum Ruy Barbosa (Barra Funda)

nas Gerais, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, já realizaram assembleias e decidiram continuar a greve. “Agora vamos aumentar a greve e impedir o veto da Dilma. Não vamos aceitar, vamos derrubar o veto agora”, ressalta a diretora do Sindicato Angélica Olivieri.

### Calendário de greve

Para aumentar a pressão, nesta terça-feira, dia 7, os servidores vão realizar uma grande manifestação na Avenida Paulista, em frente ao escritório da presidente Dilma Rousseff (PT), para exigir a sanção do PLC 28. A concentração do ato será

às 14h, em frente ao Fórum Pedro Lessa.

“Não pode ser que só tenha aumento para os juízes. Quem leva a justiça nas costas somos nós, por isso exigimos justiça. Vamos lotar a Paulista, fazer a Dilma nos ouvir e vamos barrar o veto”, afirma a servidora da TRF-3 Ana Luiza Figueiredo.

Por conta do feriado no Estado de São Paulo, a próxima Assembleia Geral acontecerá na quarta-feira, dia 15. “Agora nos manteremos em assembleia permanente à espera de qualquer novidade. Se a Dilma sancionar ou sinalizar algum acordo, chamaremos assembleia para o dia seguinte”, afirma o servidor da Justiça Trabalhista Henrique Sales.

### CHEFES DE CARTÓRIO

## Isonomia é aprovada no Senado

Estudo mostra que demora em aprovar e implantar projeto gera grandes prejuízos aos chefes de cartório

O PLC 25, que equipara as funções de chefe de cartório e cria cargos efetivos e funções comissionadas nos Tribunais Regionais Eleitorais, foi aprovado pelo Senado, nesta quarta-feira (1º de julho). O projeto cria 332 cargos efetivos e 3.207 funções comissionadas para 166 zonas eleitorais em todo o país.

O dispositivo fundamental do projeto é a equiparação de 314 funções comissionadas de nível FC-4 e 2.559 funções de nível FC-1 em 2.873 funções comissionadas de nível FC-6, o que deve corrigir distorções na carreira.

Atualmente, os chefes de cartórios eleitorais do interior recebem a FC 1, enquanto os que

trabalham na capital, com as mesmas atribuições, recebem a FC 4. Essa distorção, causada pela Lei 10.842/2004, gerou centenas de ações judiciais pelo país e levou chefes de cartório do interior a ameaçarem entregar seus cargos.

A matéria sobe para sanção da presidente, mas há informações de que não existe dotação orçamentária suficiente no TSE para sua implementação em 2015.

“Esse é o momento de união de forças. É importante que os chefes de cartório venham ao sindicato para continuar a luta, agora pela sanção e regulamentação da isonomia da categoria”, afirma Lynira Sardinha, diretora do Sintrajud.



### Ofício de Lewandowski quase provoca adiamento

Numa tentativa de adiar a votação do PLC 28/2015, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, encaminhou para o Senado um ofício para ser lido em plenário no dia da votação do projeto, dizendo que as negociações do Supremo Tribunal Federal com o governo acerca dos vencimentos dos servidores estavam aceleradas e em fase de conclusão.

Esse ofício embasou um requerimento de adiamento da votação do projeto por 30 dias, assinado pelos senadores governistas Delcídio do Amaral (PT/MS), Humberto Costa (PT/PE) e José Pimentel (PT/CE). Mas o requerimento foi rejeitado.

### Leia a íntegra do ofício

A S. Exª Sr. Senador Renan Calheiros,

Senhor Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Exª, reiterando informação transmitida por telefone, que técnicos do Supremo Tribunal Federal estão ultimando tratativas com setores competentes do Ministério do Planejamento acerca do reajuste de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente.



- 03.07 - Reunião do Comando Estadual de Greve 15h, na sede do Sintrajud
- 03.07 - Arrastões nos locais de trabalho
- 06.07 - Arrastões nos locais de trabalho
- 07.07 - Ato #SancionaDilma, na Paulista, 14h
- 15.07 - **ASSEMBLEIA GERAL, 14h**